

## EDITORIAL

### Lembrar

Se há palavras felizes – e se por felicidade se entender uma convivialidade alargada, um espectro de valores vasto e profícuo, uma vivência pacífica no trato comum – **lembrar** é uma delas. Primeiro porque, sendo *verbo*, se multiplica em formas afeiçoadas ao tempo, ao modo, à pessoa, a todos e a cada um dos que a usam na rica versatilidade que a sua classe lhe confere. E depois pela magnificência de seu semantismo que vai do Passado ao Futuro, ancorando-se bem no Presente em que é proferida.

E assim, estamos virados ao Passado quando dizemos: **Lembrar** (recordar) *D. Nuno é colher a memória de um tempo único que nos refez nação e nos abriu um destino ímpar.*

Estamos no Presente, quando constatamos: *A figura do Condestável, pela época e pelo zelo heróico, lembra* (sugere) *uma Joana d’Arc à medida lusa.*

Apontamos ao Futuro, ao recomendar: **Lembre-se** (chame-se a atenção) *aos jovens que heróico é perseverar, é ser fiel, é passar pela vida defendendo valores, mesmo que ninguém venha a saber sequer que existimos.*

**Lembrar** é ainda ‘repetir’, ‘evitar que se esqueça’ ou ‘trazer à lembrança’. E não creio que insistir nisso seja um desperdício ou uma vacuidade – é apenas reactivar uma hora, um acontecer, um estado de ser, individual ou colectivo, que se viveu, quantas vezes extremadamente, mas que se foi afundando no espírito do tempo, ou seja, no esquecimento, esse inexorável sorvedoiro final de tudo o que transita por este mundo.

E é na charneira entre o Tempo e a Memória que fica o Lembrar. É a força que teima em não aceitar que a vida seja um perene Hoje, a esgotar-se no dia-a-dia de cada um, é a voz que crê que vale a pena recordar (de ‘coração’), repetir, uma e outra vez, que... Porque, como diz Vergílio Ferreira em *Escrever*: “Talvez a História esteja a dormir e é útil obrigá-la a acordar” (...) “Então necessariamente a História tem de mover-se e instaurar-nos numa outra vida, num outro modo de ser. Dentro, ela se move já sem o sabermos. Mas há vantagem em acelerar-lhe a movimentação para que o homem novo apareça. Que homem? Não fazemos ideia. Ou fazemos ideia apenas, quando muito, do que ele não pode voltar a ser. É um saber negativo mas assim mesmo precioso. É improvável que Deus ressuscite ou que a família retome a sua forma canónica. Mas embora ameaçado, o homem vai continuar.”

Porque a profunda razão disso é ainda e sempre o nosso apelo à eternidade e **lembrar** valerá sempre pelos traços de vida(s) que nos será possível recuperar e trasfegar para um tempo em que já não estaremos mas que veio de nós.

Tal qual o velho ditado:

“Lê o passado e prepararás o futuro”

*Vox populi...*

Maria Lúcia Garcia Marques

## S. NUNO DE SANTA MARIA, UM SANTO DOS TEMPOS MODERNOS

Aníbal Pinto de Castro\*

Seduzidos por miragens do que devam ser os grandes espaços internacionais, desfocadas ou condicionadas pela incultura gloriosamente reinante que marca as palavras e as acções dos políticos, vão os tempos que vivemos muito adversos aos valores de santidade e de pátria que o Condestável encarnou de modo tão exemplar e viveu com uma entrega que se diria apaixonada. Como se a fraternidade entre os indivíduos e as sociedades que eles formam, que encontrou no magistério de Cristo, Redentor da Humanidade, a sua voz mais sublime, se mostrasse em algum ponto incompatível com a assunção plena de uma condição própria de cada homem.

Quem era aquele homem que assim entrava, humilde e reverente, sob as abóbadas já então sagradas por séculos de História e de Fé? Como poderemos nós, hoje, definir a sua personalidade, para melhor compreendermos a sua vida e dela mais atentamente tirarmos a lição que proclama?

Nasceu Nuno Álvares a 24 de Junho de 1360, no castelo do Bonjardim, filho do Prior do Hospital, Álvaro Gonçalves Pereira, e de Iria Gonçalves do Carvalhal.

Não era tranquila a cena política da Península naquele final do século XIV, pois não ficava isenta das lutas que então agitavam a Europa no grande teatro da Guerra dos Cem Anos. E em breve tudo se complicaria ainda mais com o alargamento da luta ao seio da própria Igreja, quando, na sequência da morte do Papa Gregório XI, em 1378, a eleição de Urbano VI se viu contestada pelo povo romano e por uma parte do conclave, de que resultou a eleição de Clemente VII, que abandonou Roma e se fixou em Avinhão, dando assim lugar ao Grande Cisma do Ocidente.

É, pois, neste clima conturbado e instável que vai decorrer a vida pública do jovem, mal saído dos carinhos maternos para um conhecimento da vida e dos homens que, mesmo para aquela época em que os rapazes eram homens mais cedo, requeria maior calo do que o dos seus devaneios de adolescente. E, no entanto, a sua personalidade define-se desde muito cedo, em função das duas linhas que vão dominar o seu carácter de “moço [...] muy vergonhoso e misurado”<sup>1</sup>.

\* Professor da Universidade de Coimbra.

<sup>1</sup> Viram-na, durante séculos, na auréola da sua beleza espiritual de cavaleiro e de santo, os olhos de autores tão vários como os do anónimo da *Crónica*

Não admira por isso que logo captasse a benevolente simpatia da sedutora *Flor de Altura*, que de imediato o escolheu para seu escudeiro, manifestando o desejo de o armar cavaleiro por suas mãos; mas não havia armadura que lhe servisse. Alguém se lembrou então de um arnês que pertencera a D. João, Mestre de Avis e poderia assentar à sua gentil compleição. E assim aconteceu. Foi como se naquela partilha das armas estivesse já o prenúncio da parceria que, volvidos dez anos, havia de salvar a independência portuguesa.

O serviço do paço não o impediu de fazer o tirocínio das virtudes e manhas militares. O seu modelo de valentia, sageza e pureza era então Galaaz, o herói da *Demanda do Santo Graal*, cuja leitura lhe povoaria de sonhos os dias e as noites. Mas o pai, desejoso de lhe assegurar vida farta e honrada, tratava de o casar, apesar de contar apenas 16 anos e meio, com D. Leonor de Alvim, uma rica-dona viúva de Entre Douro e Minho. Como conciliar, pois, os planos do pai com aquele ideal que lhe ensinava como “per virtude de virgindade que em elle houve e em que perseverou”, pelo que “desejava muyto de o parecer em alguma guisa e muytas vezes em sy cuydava de seer virgem se a Deos prouvesse”<sup>2</sup>?

Pedi para reflectir sobre tão delicada matéria. Não foi fácil convencê-lo. Era, porém, filho obediente e, pressionado pela mãe, pelo primo Álvaro Pereira e por seu

do *Condestable*, redigida entre 1431 e 1443, de Fernão Lopes, nas *Crónicas* de D. Fernando e de D. João I, escritas antes de 1434, mas só impressas em 1644 e 1816, respectivamente, de Rodrigo Mendes Silva, na *Vida y hechos heroicos del gran Condestable de Portugal D. Nuño Alvares Pereyra* (Madrid, Juan Sánchez, 1640), de Fr. Domingos Teixeira, na *Vida de D. Nuno Alvares Pereyra* (Lisboa, na Oficina da Música, 1723), de Fr. José Pereira da Sant’Ana, na *Chronica dos Carmelitas* (Lisboa, na Oficina dos Herdeiros de António Pedroso Galvão, 1745-1751) ou Joaquim Pedro Oliveira Martins, na *Vida de Nun’ Alvares*, de 1893, sem que a tendência hagiográfica e panegirista do seu desconhecido biógrafo e dos cronistas monásticos, ou a preocupação de verdade histórica subjacente à capacidade de recriação das almas e das épocas que tanto embeleza as evocações nascidas da pena do autor do *Portugal Contemporâneo*, tivessem alterado substancialmente a luminosa exemplaridade que essas duas componentes para sempre lhe imprimiram. Cf., por todos, Adelino de Almeida Calado, *Estoria de Dom Nuno Alvares Pereyra. Edição crítica da “Cronica do Condestable”*, com introdução, notas e glossário. Coimbra, “Acta Universitatis Conimbrigensis”, 1991, p. LXXI e segs.

<sup>2</sup> *Estoria*, p. 9.

cunhado Álvaro Gil de Carvalho, acabou por aceitar a proposta.

Destacado para a frontaria do Alentejo, ali iniciaria a sua vida militar, mantendo, porém, nela os mesmos ideais de bom cavaleiro cristão.

A morte de D. Fernando, ocorrida a 22 de Outubro de 1383, viria tornar mais aguda e dramática a situação, sobretudo pelos problemas de sucessão que com ela se levantavam, visto que a sua única filha casara com D. João I de Castela.

A partir daquele momento, a sua decisão estava tomada: ficaria com o Mestre, sem que ninguém (nem a sua própria mãe!) dissesse o pudesse demover. Quando, pouco depois, o povo de Lisboa se revolta contra a Rainha e mata o Conde Andeiro, aclamando-o como seu regedor e defensor, Nuno Álvares estava em Santarém. É então que se passa a célebre profecia do alfageme que séculos depois Garrett viria a pôr em teatro<sup>3</sup>. Dá-se pressa em chegar a Lisboa para levar ao Mestre de Avis o apoio do seu braço e a força da sua fé.

Das suas muitas qualidades a primeira era, efectivamente, a fé, manifestada em cada acto da sua vida, na paz como na guerra<sup>4</sup>. Esse profundo e sincero sentido da presença de Deus e da Virgem no seu quotidiano encontrou nos símbolos heráldicos escolhidos para a sua bandeira uma das suas expressões externas mais ricas. E nas horas de perigo, aquele homem de ferro, depois de animar os seus soldados, com a facúndia dos prudentes e a serenidade dos fortes, sem respeitos humanos nem pressa de temor, rezava<sup>5</sup>.

<sup>3</sup> Composto em 1841, *O Alfageme de Santarém* foi pela primeira vez editado no ano seguinte em Lisboa, na Imprensa Nacional.

<sup>4</sup> Cf. *Ib.*, p. 147 (cap. LXXXVIII).

<sup>5</sup> *Ib.*, p. 159 (cap. XCV).

Era Nun'Álvares um excelente psicólogo e não menos bom retórico, pois sabia falar para mover os corações e decidir as vontades. Ainda que muitas das suas falas em discurso directo possam atribuir-se à arte dos cronistas e biógrafos, tenho para mim que assim aconteceu porque o conhecimento directo ou a tradição dela haviam conservado essa capacidade. Bastaria lembrar a sua fala nas Cortes de Coimbra e em tantas outras situações em que assumiu papel decisivo<sup>6</sup>.



Eleito Rei, fê-lo D. João I, Condestável de Portugal. Naturalmente que esta entrega à causa do Mestre de Avis, que era a causa de Portugal, não podia ficar sem recompensa. O novo Rei sabia quanto a coroa que agora cingia ficara a dever ao esforço do seu devotado companheiro de armas. Deu-se pressa por isso em compensá-lo,

<sup>6</sup> *Os Lusíadas*, IV, 19.

concedendo-lhe larguíssimos bens, o primeiro dos quais foi o condado de Ourém. A profecia do Alfageme cumpria-se. Mas com ela vinham também Vila Viçosa, Estremoz, Évora Monte, Portel, Montemor-o-Novo, Almada e Sacavém, com os seus reguengos; o serviço real dos judeus de Lisboa e Porto de Mós, Rabaçal, Bouças, Alvaiázere, as Terras de Pena e de Basto, do Arco de Baúlhe, de Barcelos e de Barroso e, em préstimo, todas as rendas e direitos reais de Silves e Loulé.

No auge do poder e da grandeza, porém, novas dores viriam atribular a sua alma amável, sobretudo a partir do momento em que a filha faleceu em Chaves, cerca de 14 anos depois. O sofrimento acrisolava a fé e o silencioso e humilde remanso do claustro sorria cada vez mais à sua alma cansada das incertezas do mundo.

Ainda entusiasmou os Infantes à empresa de Ceuta e aí os acompanhou como rijo cavaleiro ruço, mas em 1422 reparte as suas terras e títulos pelos netos, despoja-se dos seus bens em favor de familiares e dos mais necessitados, para, a partir de Julho, estabelecer residência no Convento do Carmo, em Lisboa, que edificara de raiz, numa espécie de glorificação visível do culto prestado à Mãe de Deus, sob cuja invocação fundara igrejas em Vila Viçosa, Monsaraz, Portel, Sousel, entre várias outras.

O barro purificava-se pelo despojamento dos bens materiais e pela entrega mais completa à vida de oração<sup>7</sup>.

A 15 de Agosto de 1423 professava na Ordem do Carmo. Contava 63 anos de idade. O arnês dava lugar a uma pobre túnica talar, com escapulário comprido e uma espécie de murça curta, de estamemha, e as galas dos paços régios a uma desguarnecida cela, em cujas paredes nuas apenas avultava o Crucifixo. Como outros adornos, apenas cilícios e disciplinas. A cama, cobriam-na umas grosseiras mantas, mais de mortificação que de agasalho. “O Condestável estava morto e amortalhado”, no dizer de Fr. José Pereira de Sant’Ana, para dele nascer Fr. Nuno de Santa Maria<sup>8</sup>.

Foram baldadas as instâncias do Rei e dos Infantes da Ínclita Geração, mormente de D. Duarte, para que mudasse de resolução. Foi inabalável. Apenas consentiu em não pedir pelas ruas, aceitando a esmola apenas da caridade de el-Rei.

Um único afecto mundanal persistia vivo na sua alma – o amor da Pátria.

O povo, entretanto, continuava a alimentar-se da fartura da sua caldeira, acorrendo em chusma à portaria do convento<sup>9</sup>.

Quando soou pela cidade a nova de que estava prestes o seu passamento, acorreram o povo, o Rei e os Infantes, para o acompanharem no transe da agonia, em sentimentos de grata e dolorosa veneração. Expirou a 1 de Novembro de 1431, dia em que a Igreja celebra a festa de Todos os Santos.

Recolhamo-nos na evocação daquele momento da assunção da sua alma e tiremos da sua vida as lições que ela encerra para a nossa actualidade de Portugueses do século XXI.

Foi soldado e procurou a paz, mas aquela paz que não envergonha nem envilece os homens como indivíduos e como partes da comunidade que, ao longo dos séculos, o tempo e a história consagraram nessa realidade a que chamamos Pátria; numa salutar abertura que, de olhos postos no passado, sabe encontrar nos homens e nos factos que forjaram a força revitalizadora das almas e das vontades para viverem à luz forte do presente os valores eternos que a colectividade que somos forjou e a memória fez chegar até nós, através da tradição, no sentido etimológico de TRADERE, que significa ‘transmitir, legar por herança’.

É o nosso um tempo de crise, porventura bem mais dramático do que aquele em que Nuno Álvares Pereira combateu e orou. Não queiramos viver hoje como se vivia há seis séculos. Mas será inútil que actualizemos os valores eternos que o tempo não mata nem sequer corrói? Valores que se consubstanciam, como os do S. Nuno de Santa Maria, no amor de Deus e do próximo, pela caridade (também aqui no sentido etimológico de Amor!), mas por uma caridade que se pode e deve conjugar com a firmeza dos princípios e das crenças que são, afinal, a essência, da mensagem de Cristo aos homens de boa vontade?

Por mim, creio sinceramente que não. E não será vergonha nem fraqueza, nem reaccionário passadismo lutarmos pela renovação da mensagem que a sua vida continua a proclamar. Digamos, pois, a Deus como na sua missa votiva: *intercedente beato Nonio Confessore tuo, tibuas ab hostium insidiis jugiter liberari, et contra omnia protectione muniri.* ■

<sup>7</sup> *Estoria de Nun’Alvarez*, ed. cit., p. 199-200.

<sup>8</sup> *Op. cit.*, tomo I, p. 418.

<sup>9</sup> *Ib.*, p. 439.

TRÊS PERGUNTAS DE ALGIBEIRA SOBRE<sup>1</sup>: EPOPEIA

Responde a Prof. Doutora Maria Vitalina Leal de Matos

1. *Porque é que se considera a Epopeia, exaltação que é do espírito bélico, uma espécie de «bilhete de identidade» para a autonomização de uma literatura nacional (pelo menos no que toca à literatura ocidental)?*

A questão parece-me muito pertinente. A ninguém passa pela cabeça tirar *Os Lusíadas* dos programas do ensino básico e secundário e suponho que a razão é mesmo essa: a de conferir autonomia e legitimação ao País, à Pátria. No nosso caso isso é tanto mais «evidente» quanto a expressão da língua só se considera amadurecida justamente no século XVI. E ainda por cima, o tema, *as descobertas*, tem todos os ingredientes para exaltar o *ego* nacional.

Pergunto-me se nas outras literaturas que conheço, a francesa, a inglesa, a espanhola, a italiana, o problema se põe da mesma forma. Quanto à francesa, temos a *Chanson de Roland*, muito mais que a tentativa ronsardiana, *L'Henriade*. Quanto à espanhola, pensamos inevitavelmente no *Cantar de Mio Cid*. Mas não saberia dizer se é esta a obra identificadora da Espanha como nação (se é que ela o é) ou antes o *D. Quixote de la Mancha* de Cervantes, que vive precisamente da paródia dos livros de cavalaria. Em Inglaterra, o *Paraíso Perdido* de Milton tem muito pouco de bélico. E não será a obra de Shakespeare a mais identificadora? Quanto a Itália, unificada apenas no século XIX, foi certamente o modelo do toscano literário que prevaleceu e que contribuiu para uma consciência de unidade que demorou muito a constituir-se. Mas qual é a epopeia em causa: a *Divina Comédia* de Dante, ou a *Giarusalemme Liberata* de Torquato Tasso, para não falar ainda da obra anterior de Ariosto, o *Orlando Innamorato* e o *Furioso*, que tanto influenciaram Camões...

Penso que a sua pergunta tem como paradigma as literaturas clássicas, onde a *Iliada* e a *Odisseia* são um dos maiores expoentes do génio grego, e a *Eneida* de Virgílio desempenha um papel fundador para a latina.

Como se vê, a questão é complexa, porque entre a busca religiosa da *Commedia* de Dante, e do *Paraíso Perdido* de Milton, o espírito chocarreiro dos *Orlandos* de Ariosto, a paródia do *Quixote* há uma enorme distância

relativamente ao paradigma bélico, no qual se inscrevem as outras.

Mas, pensando apenas nestas últimas (e a verdade é que alguns países da América latina exaltam os seus próceres épicos, por mais insignificantes que nos pareçam, o que prova, de facto, que pretendem autonomizar-se e afirmar-se como literaturas independentes a partir desse género literário), diria apenas que creio que os tempos mudaram.

As guerras do século XX, e as tragédias horrendas que se lhes seguiram, acabaram de uma vez por todas com uma visão épica ou romântica da guerra. A guerra é simplesmente horrível e desumana. O valor guerreiro, como forma de afirmação de um povo, passou a dar lugar à valorização da paz. Claro que estamos só no início desta nova cultura, desmentida todos os dias pelos factos e pela hipocrisia dos poderosos. Mas é uma nova cultura.

Hoje apreciamos homens como Gandhi, João Paulo II... Que dizer do valor que atribuímos ao prémio Nobel da Paz?

Num mundo globalizado e cheio de conflitos, cujos horrores nos são servidos em directo pela TV, os problemas são outros: os do ambiente, da preservação do planeta para as próximas gerações, e os do desvendamento das maquinações super-sofisticadas que suportam o terrorismo, a droga, a corrupção.

Mas note bem, muitos deles são explorados em clave épica. Pense na série [---] que nos mantém agarrados à TV, até que o herói vença o vilão e liberte o presidente, afaste a ameaça que paira sobre uma cidade, ou sobre toda uma região do globo.

2. *Camões n'“Os Lusíadas”, Pessoa na “Mensagem”, versam a figura de Nuno Álvares Pereira. Poderia ele, em termos literários, constituir exemplo de “herói épico” capaz de estruturar uma epopeia?*

Como sabe, eu defendo a tese de que n' *Os Lusíadas* há menos um herói épico do que um modelo teórico de herói, com o qual, sub-repticiamente o próprio poeta se identifica...

Mas, se quisermos encontrar uma figura exemplar, com todos os requisitos do herói épico, essa figura é justamente

<sup>1</sup> Esta será uma rubrica a manter nos próximos Boletins, com incidência nas Ciências e nas Artes cultivadas pelos nossos Sócios.

Nun'Álvares, como demonstrou ainda recentemente o Prof. Pe Aires do Nascimento, nosso consócio, aliás, numa comunicação notável à Academia das Ciências, «Ditosa Pátria que tal filho teve»: a voz de Camões por Dom Nun'Álvares Pereira».

Não é ele o herói desta epopeia, porque a acção principal tem como tema os Descobrimentos. Mas a Dom Nun'Álvares, nenhum elemento falta para em seu torno se estruturar uma epopeia.

### 3. O “maravilhoso épico”, bem como a construção linguístico-narrativa que mobiliza, ainda seduzirão nos nossos dias? Nesta perspectiva, que didáctica, que sentido, que futuro para a EPOPEIA?

Tenho observado que os jovens, quando *Os Lusíadas* lhes são bem explicados, de forma a salientar os valores morais que o poeta valoriza e que continuam válidos hoje, aderem facilmente. Trata-se menos de falar na obra em geral, ou ainda menos de a resumir, mas de estudar a fundo algumas estâncias, fazendo a tão odiada análise sintáctica, indispensável para deslindar aquele discurso complicado e difícil. Um dos meus netos dizia-me, depois de perceber bem uma dessas estâncias: «Como é possível dizer tanto em tão poucas palavras!»

Porque o épico seduz-nos, sim senhor, e aos jovens ainda mais. Sabe como? Na linguagem do cinema! Veja

o que por aí vai de epopeias durante as férias escolares! É a ficção científica, são os filmes do *Senhor dos Anéis*, e até alguma banda desenhada, para citar os que eu conheço.

E nós, os mais velhos, não continuamos a gostar de ver os Aquiles, os Alexandres? Diria que a maior parte dos filmes realizados por Clint Eastwood são épicos. O *Gran Torino* tem o fim grandioso duma epopeia dos dias de hoje.

E o que foram os *westerns* senão epopeias, na maioria dos casos? Toda a minha juventude esteve povoada deles. Um John Wayne, por exemplo, incarnava na maioria dos casos o papel do herói destemido e justiceiro. Os E.U.A. cultivaram o género de forma brilhante e despuerada, particularmente no que se refere à extinção dos índios, e aos conflitos com os mexicanos onde a realidade histórica está vergonhosamente deturpada. Mas os filmes eram bons, e foi assim que eles (de)formaram a nossa visão histórica de muitos episódios épicos do nascimento daquela imensa nação.

O que é preciso é ter dinheiro para fazer bons filmes, e realizadores que não se dediquem apenas ao *cinema de autor*.

Hoje é a forma de comunicação que se impõe. Bastaria um bom filme sobre as Descobertas para termos celebrado com sucesso datas como 1498 ou 1500. Não digo que não se façam estudos, investigações, congressos. Mas para o país ter visibilidade, só através do cinema ou da TV. ■

## ACTIVIDADES DA SOCIEDADE CIENTÍFICA – 2009



Reitor da UCP proferindo algumas palavras de acolhimento à nova iniciativa das tertúlias, ladeado pelo Doutor Barbosa de Melo, Presidente da SCUCP, e pelo Doutor Aníbal Pinto de Castro, conferencista desta primeira realização.

### Almoço - tertúlia

A 3 de Junho realizou-se na UCP – Sede, um almoço-tertúlia que reuniu, em amável convívio, um considerável número de sócios da SCUCP.

Foi esta reunião também pretexto para uma exposição, da autoria do nosso estimado consócio Doutor Aníbal Pinto de Castro a que se seguiu um debate muito participado sobre a figura do Condestável D. Nuno Álvares Pereira.

O texto da referida exposição, generosamente cedido pelo autor, constitui o artigo de fundo do presente Boletim. ■

COLÓQUIO “Nun’Álvares, Condestável e Santo”<sup>1</sup>

António Barbosa de Melo

1. Em nome da Direcção da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa uso da palavra, por breves momentos, para saudar os participantes no Colóquio “Nun’Álvares, Condestável e Santo”, para agradecer à Academia Portuguesa da História o acolhimento desta sessão solene e para expressar aos conferencistas e oradores, que aceitaram o convite para preparar e apresentar os temas incluídos no Programa, a honra que sentimos pela sua presença nesta iniciativa e a certeza em que todos estamos quanto ao valor das suas reflexões para uma mais fecunda e fiel compreensão do “Herói e Santo”, desde tempos imemoriais, inscrito e guardado assim na memória do povo português.

2. O Colóquio, que ora se inicia, tem todo o sentido. Sua Santidade o Papa Bento XVI, no Consistório de 21 de Fevereiro passado, determinou que o Beato Nuno de Santa Maria fosse inscrito no álbum dos Santos no dia 26 de Abril último. Assim se fez; por isso 2009 fica como o *Ano da Canonização* de São Nuno Álvares Pereira.

É verdade que Frei Nuno *persiste* na memória nacional:

- como guerreiro e estrategista militar;
- como interveniente, corajoso e prospectivo, no processo político que abria a Portugal as portas da Idade Moderna;
- como cristão de fé viva que, no auge da notoriedade pública, decidiu distribuir os seus muitos bens e títulos pelos companheiros de armas e pelos familiares, a fim de descer à sombra do claustro, como que à procura de “*acabar lá [de modo] que não soubessem dele parte.*”

E verdade também é que, nos quinhentos anos volvidos sobre a sua morte, Frei Nuno foi recebendo atenção e apreço de muitos dos maiores da cultura portuguesa (de Fernão Lopes, do anónimo Autor de “*Crónica do Condestabre de Portugal*”, de Luís de Camões, de Almeida Garrett, de Oliveira Martins, de Jaime Cortesão, de Fernando Pessoa...).

<sup>1</sup> O texto corresponde às palavras proferidas, no início da sessão de abertura do Colóquio “Nun’Álvares, Condestável e Santo” (04. 11. 2009), pelo Presidente da SCUCP. A sessão realizou-se na *Academia Portuguesa da História*, sob a Presidência de sua Eminência o Cardeal Patriarca de Lisboa, Senhor D. José Policarpo, e com a presença, entre muitas outras personalidades, da Presidente da Academia Portuguesa da História, Prof. Doutora Manuela Mendonça; do Reitor da Universidade Católica Portuguesa, Prof. Doutor Manuel Braga da Cruz; do Presidente da Comissão Portuguesa de História Militar, Tenente-General Alexandre de Sousa Pinto, e do Senhor Prof. Doutor Aníbal Pinto de Castro, da Universidade de Coimbra e da Universidade Católica Portuguesa, o orador da sessão de abertura.

Não obstante, falta-nos saber dele e da sua missão histórica muito mais e em termos cientificamente rigorosos, comunicáveis e actuais. O Bispo D. António Ferreira Gomes, também este fascinado durante anos por Nuno de Santa Maria, interrogava-se em Março de 1974: “*não sei se haverá na história nacional /.../ personalidade pública tão mal estudada e tão pouco compreendida. Quase apetece dizer que o Santo Condestável é, como santo, o mais desaproveitado dos portugueses e, como, condestável, /.../ um dos mais distorcidos condutores do nosso destino nacional*”<sup>2</sup>.

Por alturas da canonização, Guilherme Oliveira Martins reconhecia, em conclusão similar, que de D. Nuno “*aquilo que muitas vezes vem à memória não é memória autêntica do herói e do Santo*”. E, para atalhar às distorções, entendia o mesmo autor, presidente da Centro Nacional de Cultura, ser “*tempo de olhar a figura, em si, para além de equívocos e aproveitamentos*”<sup>3</sup>.

3. Neste contexto, pessoas e instituições atentas a valores e símbolos de uma *portugalidade em e para* o mundo de hoje – mundo global e, ao mesmo tempo, diferenciado – não deixarão de se congratular com a multiplicação de encontros pluridisciplinares de historiadores, militares, teólogos, filósofos, politólogos, etc., que visem aprofundar o saber sobre a personalidade pública de Nuno Álvares Pereira e sobre o sentido da sua missão ao serviço do bem comum.

Talvez por aqui seja possível desvendar a *ideia de Portugal* que animou D. Nuno no seu tempo de vida pública e que o desiludiu, se calhar, no entardecer dos anos.

4. Ao participar na iniciativa conjunta da Academia Portuguesa da História, da Comissão Portuguesa de História Militar e da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa, a Direcção, que aqui de momento represento, teve em vista a incumbência estatutária, que sobre si recai, de cuidar da cultura (intelectual e espiritual) inspirada nos valores cristãos, entendendo-a como “*instrumento de realização integral do Homem*” (artigo 3.º, 1 dos *Estatutos*). E honra-se sobremaneira, permitam-me que o diga por fim, pela *parceria cultural* que fica, felizmente, consubstanciada no Colóquio “Nun’Álvares, Condestável e Santo”. ■

<sup>2</sup> Cfr. D. António Ferreira Gomes, *Os Direitos do Homem na tradição portuguesa antiga*, texto republicado em *Igreja na Vida Pública*, Fundação SPES, Porto 2003, p. 350.

<sup>3</sup> Cfr. *O símbolo de Nuno Álvares*, in Agência Ecclesia, <http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?&id=71917>

## OS 10 SANTOS PORTUGUESES



São Teotónio (1082-1162),  
o fundador do Mosteiro de  
Santa Cruz de Coimbra,  
o primeiro santo português.



Santo António de Lisboa  
(1195-1231),  
frade franciscano,  
Doutor da Igreja.



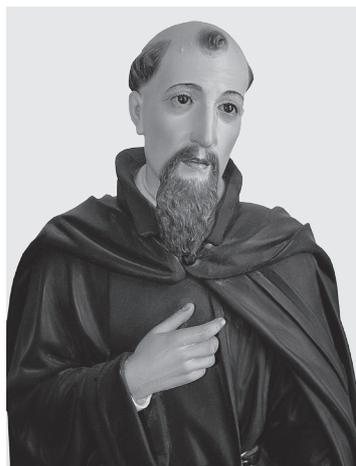
São Frei Gil (1184-1265).



Isabel de Aragão (Rainha Santa  
Isabel) (1271-1336), Rainha de  
Portugal.



São Gonçalo de Amarante  
(1187-1259).



São Nuno de Santa Maria  
(1360-1431),  
militar e Condestável do Reino.



Santa Beatriz da Silva  
(1424-1492),  
de Campo Maior.



São João de Deus (1495-1550),  
religioso dedicado  
à assistência aos enfermos.



São Gonçalo Garcia  
(1557-1597).  
Filho de portugueses,  
nasceu na Índia  
e foi martirizado no Japão.  
Canonizado em 1862.



São João de Brito (1647-1693),  
missionário jesuíta.

## PARA SEMPRE AUTORES E OBRAS

*D. António Rodrigues*

*Nuno Brás da Silva Martins*

Faleceu, em 3 de Fevereiro de 2009, em Lisboa, D. António dos Reis Rodrigues, Bispo Emérito de Madarsuma, membro da Sociedade Científica da UCP e da Academia Internacional de Cultura Portuguesa.

D. António dos Reis Rodrigues nasceu em 24 de Junho de 1918, em Ourém. Dotado de uma inteligência rara e brilhante, de uma superior cultura que se estendia da Literatura ao Direito, passando, naturalmente, pela Teologia, D. António Rodrigues foi um dos homens que mais marcaram, como universitário e formador de universitários, mas também como Bispo dedicado e atento à vida da Igreja e do mundo, o catolicismo português da segunda metade do século XX.

Concluída em 1941 a licenciatura na Faculdade de Direito de Lisboa, jamais abandonou um fino e sábio espírito jurídico, que então adquiriu. Como estudante, participou activamente nos movimentos da Acção Católica (em particular da Juventude Escolar Católica, de que foi presidente geral), nas Conferências Vicentinas (de que também foi dirigente), e no jornalismo católico para o meio estudantil, através da revista *Flama* de que foi fundador e director.

Terminados os estudos jurídicos, sentiu o apelo ao sacerdócio e, em 1942, ingressou no Seminário dos Olivais, onde encontrou e recebeu os ensinamentos do Reitor de então, Mons. Pereira dos Reis, de quem se tornou discípulo e a quem, aliás, dedicou parte do livro *Vidas Autênticas*. Concluído o curso de Teologia e ordenado sacerdote em 1947, continuou, agora integrando a sua missão apostólica, a tarefa da formação dos universitários católicos. Assim, durante 18 anos (1947-1965), foi assistente diocesano e nacional da Juventude Universitária Católica (JUC), criando um numeroso grupo de universitários que, depois, viria a assumir um particular relevo na vida pública portuguesa das últimas décadas: políticos, economistas, juristas, pensadores, tinham nele um firme ponto de referência.

Ao mesmo tempo, como capelão da Academia Militar (1947-1963), a ele se deve em grande parte a formação ética e humana dos quadros superiores do Exército Português, seja durante a guerra colonial, seja na transição e consolidação da democracia. O facto de ser Vigário-Geral Castrense constituiu, aliás, o motivo imediato da sua nomeação e ordenação episcopal, recebida em Lisboa a 8 de Janeiro de 1967, das mãos do então Cardeal Patriarca D. Manuel Gonçalves Cerejeira.

Quando, em 1975, D. António Rodrigues deixa o Ordinariato Castrense, é para coadjuvar o recém-chegado Patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro (1971-1998) quer no governo da diocese, quer na coordenação dos trabalhos da Conferência Episcopal – inicialmente como Secretário-geral da mesma (de 1975 a 1981) e, depois, como seu Vice-Presidente no mandato de 1981 a 1984. Enquanto Presidente da Comissão Episcopal das Migrações e Turismo (cargo assumido de 1967 a 1981), D. António Rodrigues foi chamado pelo Papa Paulo VI a integrar a respectiva Comissão Pontifícia.

Finalmente, em 1983, foi nomeado Vigário-Geral do Patriarcado, empreendendo uma enorme obra de reorganização do mesmo, devendo-se-lhe, em particular, a redacção e o acompanhamento da implementação do Estatuto Económico do Clero, bem como o fomento e a criação de inúmeros Conselhos Pastorais Paroquiais, mas também o interesse pela vida pastoral de muitas comunidades e dos seus pastores.

Em 1998, com a sua jubilação por motivos de idade, D. António Rodrigues retirou-se completamente da vida pública e dedicou-se à escrita. São desta altura algumas das suas obras. Delas destacamos, para além de *Vidas Autênticas*, a que já fizemos referência, os estudos de Doutrina Social da Igreja *Pessoa, Sociedade e Estado, O homem e a ordem social e política, Sobre o uso da Riqueza*, e ainda *Os leigos e o ensaio A palavra de Deus saída do Silêncio*. Da sua autoria são também *Nuno Álvares, Condestável e Santo* (1961 e com várias reedições), *O tempo e a graça* (fruto do seu programa televisivo em 1967), e ainda *Onde o Espírito floresce: Meditações sobre o Espírito Santo* (2000).

O Cardeal Patriarca D. António Ribeiro, de quem D. António Rodrigues foi um incansável colaborador, disse dele que colocou “ao serviço quotidiano da Igreja todos os seus notáveis dotes de inteligência, de sensibilidade, de persistência, de capacidade organizativa e de poder de persuasão” (Acto de acção de graças e testemunho de amizade. Homília do 25.º aniversário da ordenação episcopal de D. António Rodrigues).

De todos os seus trabalhos – e dos sofrimentos e incompreensões que, não raras vezes, aqueles lhe acarretaram – saberá o Senhor Jesus dar-lhe a justa recompensa! ■

## NOVOS SÓCIOS

*Na Assembleia Geral de 20 de Fevereiro do ano corrente foram eleitos os seguintes novos sócios:*

Carlos Manuel Ribeiro Albuquerque  
 José Manuel Pereira de Almeida  
 Maria Helena Guimarães de Almeida  
 Luísa Maria Varela Almendra  
 Manuel de Jesus Antunes  
 José Pedro Roque Gameiro Martins Barata  
 Luís Miguel Prieto Nogueira de Brito  
 Margarida Maria Olazabal Cabral  
 Francisco José Vilas Boas Senra de Faria Coelho  
 Joaquim Pedro Formigal Cardoso da Costa  
 Inês Cruz  
 José António Duarte Domingues.  
 Marco Daniel Duarte  
 António Franco de Oliveira Falcão  
 Eduardo André Folque da Costa Ferreira  
 Maria da Graça Machado Trigo Franco Frazão  
 Alexandre António da Costa Luís  
 Maria João Pascoal Rodrigues César Machado  
 Maria da Graça Nunes da Silva Rendeiro Marques  
 António Manuel Alves Martins  
 Nuno Brás da Silva Martins  
 Serafina Maria Grazina Martins  
 Celine Abecassis Moedas  
 Maria Teresa dos Reis Pedroso de Lima Oliveira  
 Pedro Oliveira  
 Jorge Biscaia da Silva Pinto  
 João Couto da Rocha Rui Pita  
 Henrique Vilaça Ramos  
 Pedro Belo Ravara  
 Catarina Reis  
 Helena Margarida Guerra Pinheiro Vieira Reis  
 Ricardo Reis  
 Maria Isabel Rocheta  
 Alexandre Guilherme Barroso de Matos Franco de Sá  
 José Manuel Menano Seruya  
 João Confraria Silva  
 Adérito Nunes Tavares  
 Alfredo Manuel Matos Alves Rodrigues Teixeira  
 Domingos de Paiva Valente da Silva Terra  
 Antonino Vaccaro  
 Duarte Nuno Vieira  
 António Manuel Reis de Bivar Weinholz



*Cadernos:  
Fármacos, Saúde e Ambiente*

org. e edição da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa. Lisboa: Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa. N.º 8 (2008) 174 p.

ISBN - 978-972-54-0245-0

Está já disponível o Caderno n.º 8.

Pode também ser procurado no google em [www.scucp.ucp.pt](http://www.scucp.ucp.pt):  
*Sociedade Científica Coleção Cadernos*

### Índice

*M. A. da Silva e Sousa*

Fármacos, Saúde e Ambiente: prolegómenos

*Gonçalo Ribeiro Telles*

Ordenamento do Território e Ambiente

*Pedro Amaro*

Dos pesticidas maravilha à crescente preocupação com os pesticidas

*António Mexia*

A luta química na protecção integrada

*Maria Cândida Liberato*

Plantas medicinais tropicais: um percurso e um futuro

*Raul Miguel Rosado Fernandes*

O racionalismo grego e a origem da medicina europeia

*J. M. Toscano Rico*

Da polifarmácia medieval à terapêutica medicamentosa actual

*Isabel Saraiva*

O valor da saúde e o valor do medicamento: das origens, do desenvolvimento e da economia

*Miguel Gouveia*

Sistemas de Saúde, custos e sustentabilidade

*Luís Portela*

Investigação e desenvolvimento: um paradigma de sustentabilidade

*Manuel A. Silva e Sousa*

Infecções e antibióticos

*José Eduardo Mendes Ferrão*

Sessão de encerramento

## OBRAS DE ARTE DA UCP

### Uma Jóia Bibliográfica da Biblioteca João Paulo II da UCP

Vera de Melo Gago



A Biblioteca João Paulo II possui um fundo bibliográfico de grande qualidade, particularmente vasto, valioso e atualizado. Nos últimos anos a doação à Universidade Católica Portuguesa de bibliotecas privadas, para além de outras modalidades de aquisição, contribuiu decisivamente para o enriquecimento deste fundo.

Uma destas doações foi a da Biblioteca do Prof. Eduardo Coelho (1895-1974): professor na Faculdade de Medicina

da Universidade de Lisboa, foi um dos médicos que assistiram o Doutor Salazar na fase final da doença. Coleccionou durante toda a vida, com grande paixão, livros em diversas áreas do conhecimento: Medicina, Literatura, História, Filosofia e Arte. O núcleo de Medicina foi doado à Faculdade de Medicina, e os restantes à Universidade Católica Portuguesa: com cerca de 22.700 títulos de livros e revistas (que perfazem cerca de 40.000 volumes), é a nossa biblioteca memorial de maior dimensão.

Foi nesta biblioteca que surgiu uma obra que, não sendo livro antigo nem tendo uma encadernação vistosa, é de especial raridade: uma primeira edição da “Mensagem” de Fernando Pessoa.

Fernando Pessoa nasce em Lisboa, em 1888, ficando órfão de pai aos cinco anos; em 1895, a mãe casa pela segunda vez com o cônsul de Portugal em Durban, para onde a família se desloca. Na África do Sul frequenta escolas inglesas até concluir o ensino secundário; aluno brilhante, mostra desde cedo talento para a Literatura, obtendo na Universidade do Cabo o Prémio Rainha Vitória para o melhor ensaio de “estilo inglês”.

Em 1905 regressa definitivamente a Lisboa. Após uma breve passagem pelo Curso Superior de Letras, que abandona, trabalha como correspondente de diversas casas comerciais na Baixa lisboeta, actividade que lhe inspirará o “Livro do desassossego”. A partir de 1914 concebe os heterónimos, Alberto Caeiro, Álvaro de Campos e Ricardo Reis, para além de outros secundários. Publica em revistas e jornais textos poéticos, de crítica e estética, assinados com o seu nome ou com o nome destes heterónimos.

Os primeiros textos, publicados em 1912 na revista “Águia”, órgão do movimento saudosista, exaltam uma “transcendência panteísta” e coincidem com a fase “paúlca” da poesia modernista. Fernando Pessoa reage contra a mentalidade fim de século que se resume num verso: “O que em mim sente está pensando”. Em 1915 com Mário de Sá-Carneiro, Luís de Montalvor e outros, lança a revista “Orpheu”, marco do modernismo português. Nesse mesmo ano inicia-se no esoterismo.

Em 1920 inicia uma relação sentimental com Ophélia Queiroz, testemunhada pelas “Cartas de amor de Pessoa”. Morre em 1935, em Lisboa, provavelmente em consequência do consumo excessivo de álcool.

Em vida publicou apenas, em 1921, os “English Poems”; e em 1934 a “Mensagem”, à qual é atribuído o prémio da categoria “B” do Secretariado de Propaganda Nacional – este prémio não deu qualquer notoriedade à obra, o que ele, aliás, previa que só viesse a suceder depois da sua morte. Só em 1941 surge uma segunda edição, da Agência Geral das Colónias.

O título original da obra, “Portugal”, foi alterado para “Mensagem”. Revê e cria uma mitologia do passado heróico de Portugal, com uma complexa simbologia. A “Mensagem” é uma obra marcada por um nacionalismo místico e um “sebastianismo racional”, como o próprio Pessoa o afirmava: este sebastianismo faria nascer o Quinto Império, o de Portugal, que se afirmaria pela força cultural e espiritual. Estes dois conceitos apareciam já nos primeiros artigos de Pessoa, em 1912: neles se previa o advento próximo de um “Grande Poeta”, um “Super-Camões”, que estaria à frente de uma “Nova-Renascença que de Portugal se derramará para a Europa, como de Itália para a Europa se derramou a outra Renascença”.

Pessoa questiona o papel da Europa e de Portugal na Europa, apontando para uma renovação. A “Mensagem” traduz o pensamento político de Pessoa, até ao momento em que este se desilude com o regime - ultrapassa assim o plano meramente ideológico. Apesar de ser uma obra marcadamente portuguesa, ela é também universal.

A partir de 1943 o grupo da Presença, sob impulso de Luís de Montalvor e João Gaspar Simões, dá início à publicação das obras completas de Fernando Pessoa. Começou aqui o caminho para a sua consagração, até se tornar um dos autores portugueses mais traduzido e com reconhecimento internacional.

Esta primeira edição da “Mensagem”, embora relativamente recente e de aspecto humilde – é de facto uma raridade bibliográfica; tê-la no fundo da nossa Biblioteca é uma honra para a BUJP, e deve ser uma glória para a UCP! ■

#### Propriedade

Universidade Católica Portuguesa – Sociedade Científica  
Palma de Cima – 1649-023 Lisboa  
Tel.: 35 21 721 40 00 • Fax: 351 21 726 05 46  
scientif@lisboa.ucp.pt • www.scucp.ucp.pt

**Directora** Maria Lúcia Garcia Marques

**Revisão** Paula Gonçalves

**Digitalização de imagem** DigiCult

**Paginação e Impressão** SerSilito

**Depósito Legal** N.º 74994/94